

---

**A ECONOMIA INFORMAL, A CIDADE E OS AMBULANTES: LUGARES E ESTRATÉGIAS EM UBERLÂNDIA - MG.**

**The Informal Economy, The City And The Ambulant Ones: Places And Strategies In Uberlândia - MG.**

*Rossvelt José Santos*

Professor Dr. do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia

*Luiza de Rezende*

Bacharel em Geografia pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

**RESUMO:** *Esse texto procura analisar o mercado informal na cidade de Uberlândia-MG, destacando as suas manifestações, principalmente, no que diz respeito à promoção de usos e ocupações de espaços públicos na cidade. Ele discute a capacidade do mercado informal assumir na cidade as mais diversas facetas, em diferentes escalas, as quais são elaboradas pelos ambulantes e grupos sociais através de vários tipos de estratégias. Considerando o dinamismo do mercado informal, discutimos as alternativas que ele representa para os trabalhadores e para os setores formais da economia, bem como a sua capacidade de criar lugares e estratégias, atrair usuários e irradiar idéias que possibilitam a otimização da comercialização das mais diversas mercadorias na cidade .*

**Palavras-chave:** Economia informal, usos e ocupações, espaços públicos, ambulantes, estratégias.

**ABSTRACT:** *This text looks for to analyze the informal market in the city of Uberlândia-MG, detaching your manifestations, mainly, in that it concerns the promotion of uses and occupations of public spaces in the city. It argues the capacity of the informal market to assume in the city most diverse several, in different scales, which are elaborated by ambulant and the social groups through some types of strategies. Considering the dynamism of the informal market, we argue the alternatives that it represents for the workers and the formal sectors of the economy, as well as its capacity of create places and strategies, to attract users and to radiate ideas that make possible the motivate of the commercialization of the most diverse merchandises in the city.*

**Key-words:** Informal economy, uses and occupations, public spaces, ambulant, strategies.

## 1. INTRODUÇÃO

Uberlândia é uma cidade onde o mercado informal atua promovendo usos e ocupações de espaços públicos, os quais são adotados pelos indivíduos e grupos sociais através de vários tipos de estratégias. Mas o que é o mercado informal? Uma alternativa de reprodução para as populações desempregadas? Sim, ele é uma possibilidade de ocupação e sobrevivência, mas também uma saída para se pagar menos impostos. O mercado informal, na cidade de Uberlândia, assume as mais diversas facetas, em diferentes escalas - uma barraquinha, um mostruário de roupas, um homem numa esquina abordando os transeuntes como clientes potenciais, a praça, ou mesmo uma fabriqueta no fundo do quintal são manifestações desse mercado em crescimento. Mas a economia informal cria lugares e estratégias porque atrai usuários e irradia idéias que possibilitam a otimização da comercialização de mercadorias e reprodução da força de trabalho.

Em relação aos espaços públicos, a calçada, a rua, a praça ou até mesmo a cidade, nestes tempos de desemprego, podem ser redefinidos e receberem atribuições de usos e apropriações.

Algumas dessas ocupações dos espaços públicos são corriqueiras e, certamente, irritam as pessoas que usam tais espaços para outros fins. Em nossa pesquisa, de um modo geral, focalizamos as estratégias, as mais diversas manifestações de criatividade e a grande diversidade de experiências vividas no cotidiano do ambulante. No entanto, convém reafirmar que a economia informal elege lugares estratégicos, os quais eclodem cotidianamente como mais um ponto de comercialização de mercadorias. Por conseguinte, esses lugares onde a economia informal se instala não estão restritos àqueles definidos pelo poder público.

Os geógrafos conceituam a economia informal como um ramo do processo produtivo que se reproduz imbricado a certas condições, nas quais sempre está envolta a clandestinidade. Entretanto, a reprodução desse setor supõe a existência de lugares nem sempre organizados para o exercício de uma forma de produção. Pode-se pensar esses lugares de várias formas, pois envolvem a rua, a praça, o logradouro, o ponto de ônibus e vários lugares estratégicos no espaço da cidade.

Para quem vive da economia informal o seu lugar no espaço da cidade representa uma estratégia que prioriza a concentração das pessoas. O lugar é também escolhido pela concentração de oportunidades, irradiação de fluxos comerciais, financeiros e sociais. O espaço público representa possibilidades para o mercado informal e para o ambulante. Cada lugar vai-se realizando como local da informalidade a partir dos fluxos de pessoas, das centralidades urbanas e da necessidade de cada um resolver os problemas de consumo na rua.

A informalidade, sob este prisma, cria e recria nos espaços públicos da cidade suas estratégias de localização e suas centralidades temporárias. Nesses lugares, o movimento de pessoas, o ritmo, a velocidade e as necessidades sociais justificam a presença dos ambulantes e tornam claramente objetivas as suas formas de ocupação. A partir dessas situações, os lugares vão sendo medidos, usados, apropriados, e seu grau de importância surge enquanto ponto onde as possibilidades de venda podem ocorrer.

Assim, os lugares públicos passam a expressar seus usos pela economia informal, pelo desempregado, a partir da magnitude das ofertas de mercadorias, pelos bens e serviços oferecidos e pela área de influência que eles alcançam.

A informalidade da economia, independente de esta tendência ser uma

alternativa de ganho para os desempregados e uma saída para pagar menos impostos, será analisada a partir da pluralidade de estratégias que se inscrevem no espaço público da cidade de Uberlândia. Sobre esse assunto entendemos que merece também ser analisada a variabilidade das ofertas de mercadorias. Apesar das dificuldades em reunir informações que nos permitisse ordenar toda uma complexa gama de informalidade que se entrelaça ou ocorre isoladamente na cidade, discutiremos a informalidade e as suas várias estratégias de comercialização nos espaços públicos de Uberlândia.

## 2. A ECONOMIA INFORMAL EM UBERLÂNDIA

Em Uberlândia, deparamos com o desemprego em larga escala, e conseqüentemente, cada vez mais, um grande número de pessoas, desprovido de renda e emprego fixo, vai-se tornando dependente de atividades temporárias para sobreviver. Como alternativa, esse grupo social ingressa na economia informal, que funciona como uma “válvula de escape” para essa massa de desempregados obter alguma renda.

Sem renda fixa, em tese, os proletários urbanos são impedidos de planejar o consumo de bens, mercadorias e serviços socialmente necessários. Aparentemente, tornam-se marginalizados; criam-se, dessa maneira, idéias e teorias a respeito dos desempregados da economia formal. É comum associar sua

condição social com a de excluídos do processo de produção e, assim, interpretar a sua existência como um conjunto de estratégias marginais. Outro aspecto que geralmente é destacado para identificar as pessoas que vivem da economia informal são as diferenças qualitativas e quantitativas dos produtos por elas comercializados. Em grande parte, são caracterizados como comerciantes de mercadorias de qualidade duvidosa.

No entanto, mesmo na economia informal, o “capital”<sup>1</sup> investido no processo produtivo das mercadorias precisa (re)produzir-se a todo instante. No mundo globalizado e globalizante, o importante para qualquer setor da economia é garantir as condições sociais de reprodução, ou seja, produzir na perspectiva do lucro.

O mercado, de maneira geral, tem como uma das grandes estratégias de reprodução criar novos hábitos e necessidades de consumo, através da propaganda publicitária, da moda e de novas necessidades. De modo geral, a economia formal se reproduz com muitos investimentos, inclusive direcionados a propaganda e marketing. Por outro lado, na economia informal tais investimentos não são necessários, pois o contato direto com o consumidor é a “própria alma do negócio”, além de que as pessoas inseridas nessa atividade nem sempre dispõem de recursos para fazer campanha publicitária.

Para o setor informal, isto significa estratégia de economia de sobrevivência e representa uma lógica econômica diferente, a

---

<sup>1</sup> **Capital:** “o conceito de capital abrange somente os meios de produção social, ou seja, aqueles utilizados em atividades que se inscrevem na divisão do trabalho, o que significa, num sistema capitalista, que o capital abrange os recursos usados na produção de bens e serviços destinados a venda, isto é, as mercadorias (...). Na teoria marxista, capital é o resultado de acumulação de mais-valia, obtida pelos empresários pela exploração do trabalho de seus operários ou empregados” (SANDRONI, P. Novo Dicionário de Economia. ed. 8. São Paulo: Best Seller, 1994. p. 40).

qual envolve a conquista do consumidor pela fala e pelo apelo que o ambulante, nos espaços públicos, faz das suas mercadorias.

Um outro aspecto que diferencia as atividades do setor formal do informal é que o primeiro se beneficia de incentivos governamentais, enquanto o segundo, na clandestinidade, constrói estratégias para se livrar de vários impostos. Na informalidade, não existem incentivos do poder público e geralmente há punições e até intimidações dos órgãos públicos responsáveis pela regulamentação da economia informal.

Enfim, a diferença básica entre a economia formal e a informal, além da legalidade, consiste na quantidade de capital de que cada uma dispõe para operar o seu processo produtivo. Desta diferença advêm as implicações na organização específica de cada uma delas, uma vez que o setor formal dispõe de capital e usufrui de alta tecnologia, contrapondo-se ao setor informal, que em tese dispõe de pouco recurso financeiro e não possui alta tecnologia. É uma consequência social desse processo de organização espacial que a economia formal seja movida a partir de grandes investimentos, enquanto a economia informal fica mesmo subjugada e dependente da criatividade de seus "empreendedores-trabalhadores".

O sistema formal ou legal da economia ganha importância de acordo com a expansão das atividades industriais e sua organização espacial dentro do território nacional, enquanto a atividade informal se organiza e se expande,

usando os espaços abandonados e/ou não ocupados pela economia formal. Justamente para suprir as carências e necessidades da população existente nessas áreas, a cidade, principalmente nos seus espaços públicos, passa a ser ocupada desigualmente pelas atividades da economia informal.

Segundo CARVALHO, 1989, devido à economia oscilante e sua constante recessão, o trabalhador da economia formal de hoje pode estar na economia informal amanhã. Por isso, em Uberlândia, o setor informal não é uma ocupação passageira, como muitos querem ver ou acreditar.

### 3. OS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE E O DINAMISMO DOS AMBULANTES

Com o objetivo de identificar a origem e reprodução dos ambulantes, procuramos analisar a sua condição sócio-espacial na cidade de Uberlândia/MG

Assim, um outro fator que não pode deixar de ser analisado são as migrações dos ambulantes. Conforme LAZARTE, 1998, é comum dizer que as migrações internas são responsáveis pelo inchaço das cidades e o crescimento das favelas. Como esses migrantes não são absorvidos pela economia formal, o destino dessas populações, em grande parte, são as atividades de ambulantes nas ruas das cidades.

Geralmente os migrantes vêm em busca de melhores condições de vida e trabalho<sup>2</sup>. Porém, quando chegam aos grandes centros urbanos, a oferta de emprego oferecida pelo setor

<sup>2</sup> Trabalho: "Um dos fatores de produção, é toda atividade humana voltada para a transformação da natureza, com o objetivo de satisfazer uma necessidade. O trabalho é condição específica do homem e desde suas formas mais elementares está associada a certo nível de desenvolvimento dos instrumentos de trabalho (grau de aperfeiçoamento das forças produtivas) e da divisão da atividade produtiva entre os diversos membros de um agrupamento social" (SANDRONI, P. Novo Dicionário de Economia. ed. 8. São Paulo: Best Seller, 1994. p. 353).

formal da economia é insuficiente e esse setor não consegue absorver esse contingente populacional. Assim, são obrigados a buscar alternativas de sobrevivência, e o meio mais rápido de se inserirem no mercado de trabalho é o setor informal.

Mesmo sendo subempregados e estando em condições precárias de habitação, saúde, educação, dentre outras, ainda assim qualificam como sendo melhor sua condição de vida atual que a anterior. Os ambulantes de Uberlândia muitas vezes viviam, antes de migrarem para a cidade, em condições de miséria absoluta.

Historicamente, os fluxos migratórios internos têm origem nas zonas rurais ou cidades pequenas do interior, onde as populações se encontravam em condições de subempregadas; mas quando chegam às grandes cidades, continuam na mesma condição. Então, o que ocorre é apenas a transferência de um lugar para o outro, porque sua condição socioeconômica continua a mesma.

Porém, é importante ressaltar que não é apenas a desqualificação profissional do migrante que o coloca em condição de subemprego. Em verdade, a sociedade não gera emprego suficiente, e mesmo que o migrante se qualificasse profissionalmente, o problema não estaria resolvido. Infelizmente, o que ocorre com o avanço tecnológico é a diminuição da oferta de emprego e a exigência de uma mão-de-obra altamente qualificada, e esta qualificação, em tese, somente poderá ser realizada por aqueles que reúnem condições sócio-econômicas para isto. Deste modo, os novos postos de trabalho que exigem qualificação somente serão ocupados por uma parcela privilegiada da população.

Portanto, esses são aspectos estruturais da sociedade capitalista que deixam claro que o aumento da produtividade é fundamental para aumentar os lucros, bem como é fundamental diminuir os custos, principalmente com a mão-de-obra empregada. Assim, o que ocorre hoje em dia é a tendência de se empregar menor quantidade de trabalhadores por unidade de produção.

Constata-se que a maioria das migrações são da zona rural para a cidade e de cidade menores para cidades maiores. O primeiro tipo de corrente migratória ocorre principalmente por causa da modernização da agricultura, devido à intensa utilização de máquinas que eliminam mão-de-obra, expulsando as pessoas do campo para a cidade. O segundo tipo de corrente geralmente é proveniente de cidades pequenas do interior, onde a economia está estagnada e não absorve a mão-de-obra disponível; então, parte da população desloca-se para as cidades médias e grandes, em busca de trabalho e sobrevivência, porém ao chegar no lugar de destino descobre que a oferta de emprego é muito pouca para absorver tanta mão-de-obra disponível.

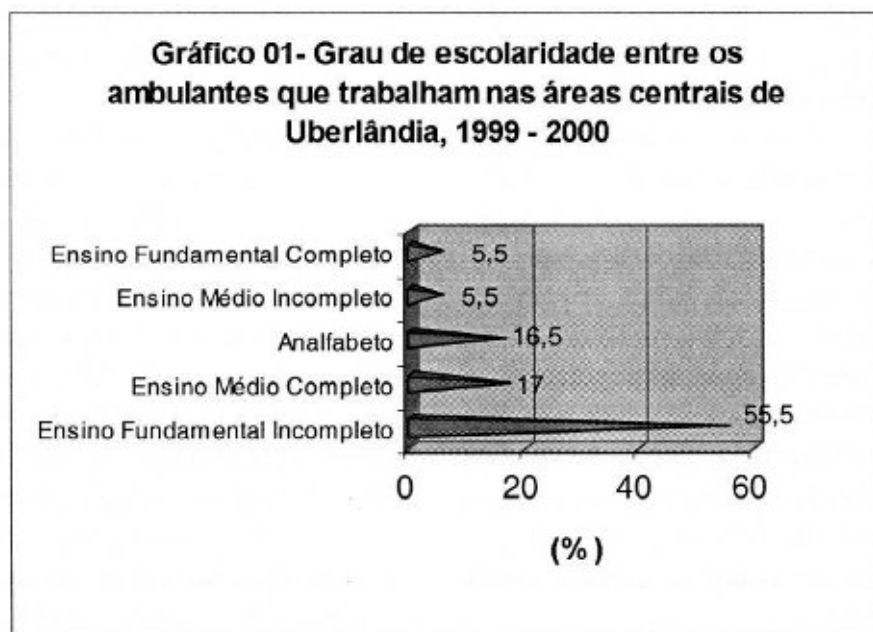
Esses migrantes vão-se agregar e formar as populações marginalizadas dessas cidades, que, por não conseguirem emprego no setor formal da economia, passam a trabalhar na informalidade. Observa-se que essas migrações têm como sujeito, sobretudo, a mão-de-obra não qualificada e, recentemente, sabe-se que são também migrantes que não passaram por um processo de atualização e qualificação da mão-de-obra. Desse modo, a partir do gráfico número - 01<sup>3</sup>, podemos observar os aspectos escolares dos ambulantes migrantes que trabalham nas

---

<sup>3</sup> Os dados da pesquisa de campo se referem a área central de Uberlândia, especificamente nas Avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto, entre as ruas Olegário Maciel e Cruzeiro dos Peixotos. Os dados da pesquisa e que constituem os gráficos (01 ao 11), foram obtidos através de entrevistas de campo com 50 ambulantes.

áreas centrais de Uberlândia. Considerando o Grau de Escolaridade dos ambulantes, percebe-se que a maioria dos entrevistados, 55,5%, possui baixo nível de escolaridade, isto é, ensino fundamental incompleto, 16,5% são analfabetos,

e 5,5% têm o ensino médio incompleto, enquanto apenas 5,5% do total dos entrevistados possuem ensino fundamental completo e 17% ensino médio completo.



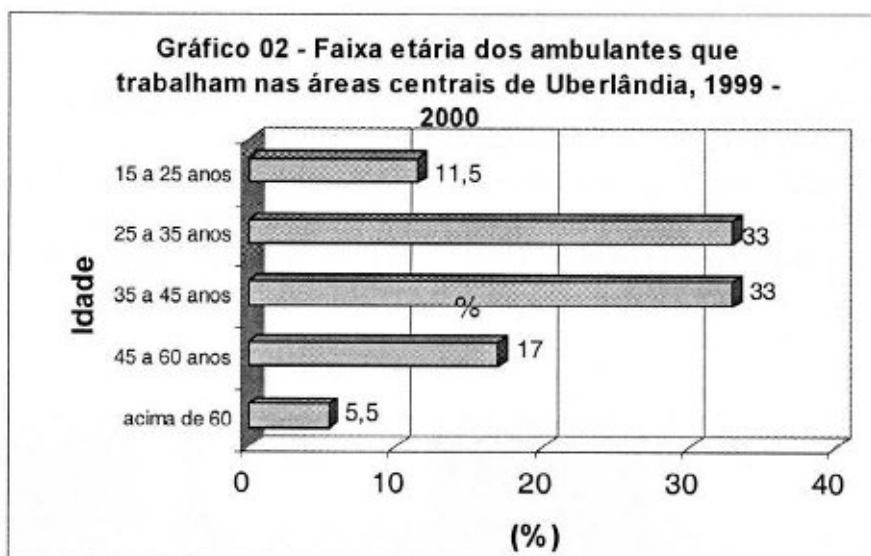
Fonte: Trabalho de campo, 1999-2000.

É perfeitamente visível que as inúmeras dificuldades encontradas pelos trabalhadores ambulantes e migrantes em conseguirem emprego no mercado formal decorre do modelo de desenvolvimento capitalista adotado ao longo de décadas, em nosso país. Dependente das economias centrais, ele oferece cada vez menos empregos por unidade de produção, por causa da automação, e exige mão-de-obra qualificada.

Atualmente, a transformação no perfil da qualificação profissional se dá a partir das exigências de um mercado cada vez mais seletivo. Exige-se do trabalhador capacidade de trabalhar em equipe, facilidade de comunicação, raciocínio abstrato, pessoas que saibam tomar decisões, bem informadas, dentre outras

exigências. Características que os novos ambientes de trabalho valorizam e que, anteriormente à incorporação das altas tecnologias ao processo produtivo, pouco importavam, pois ao trabalhador cabia executar tão somente aquilo que lhe era previamente determinado. Por isso, o grau de escolaridade passa a ser requisito primordial para a inserção no mercado formal de trabalho, independente do cargo ocupado.

Outro aspecto observado foi a faixa etária dos trabalhadores migrantes. A partir do gráfico número 02 observamos que, do total de entrevistados, 66% têm de 25 a 45 anos, seguidos por 17% de 45 a 60 anos, 11,5% de 15 a 25 anos e 5,5% acima de 60 anos.

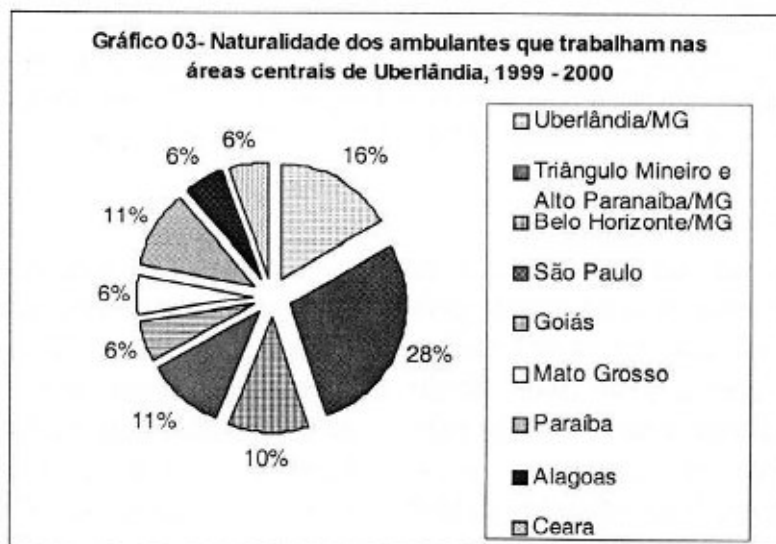


Fonte: Trabalho de campo, 1999-2000.

Neste ponto, é importante destacarmos que o comércio de rua absorve um grande contingente de trabalhadores jovens, com plena disponibilidade e condições físicas de trabalhar e suportar longas jornadas de trabalho. Esse processo, além de reduzir os custos com o capital variável, eliminando postos de trabalhos existentes, não aponta para a criação de novos empregos, inclusive para absorver os jovens de

nossa sociedade.

Conforme o gráfico número 03, 28% do total de entrevistados vieram do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 16% são de Uberlândia, 11% de São Paulo, 11% da Paraíba, 10% de Belo Horizonte, 24% de outros estados brasileiros; entre eles estão Ceará, Alagoas, Goiás e Mato Grosso.



Fonte: Trabalho de campo, 1999-2000.

Em grande parte o ambulante trabalha para satisfazer os mínimos socialmente necessários, ou seja, comer, vestir, morar e em certos casos lazer. Para tanto, precisa dos espaços públicos para garantir o seu sustento e o de sua família. Para voltar às ruas como ambulante, ele também tem que conquistar o excedente. Com seu trabalho paga a mercadoria que compra e

para ter o que vender precisa do lucro para repor os seus estoques. Essa condição leva os ambulantes a estar sempre em busca de um bom lugar para expor e vender suas mercadorias. Por isso, os locais com maior fluxo de pessoas são os almejados e mais disputados, como pode ser observado na foto número 01.

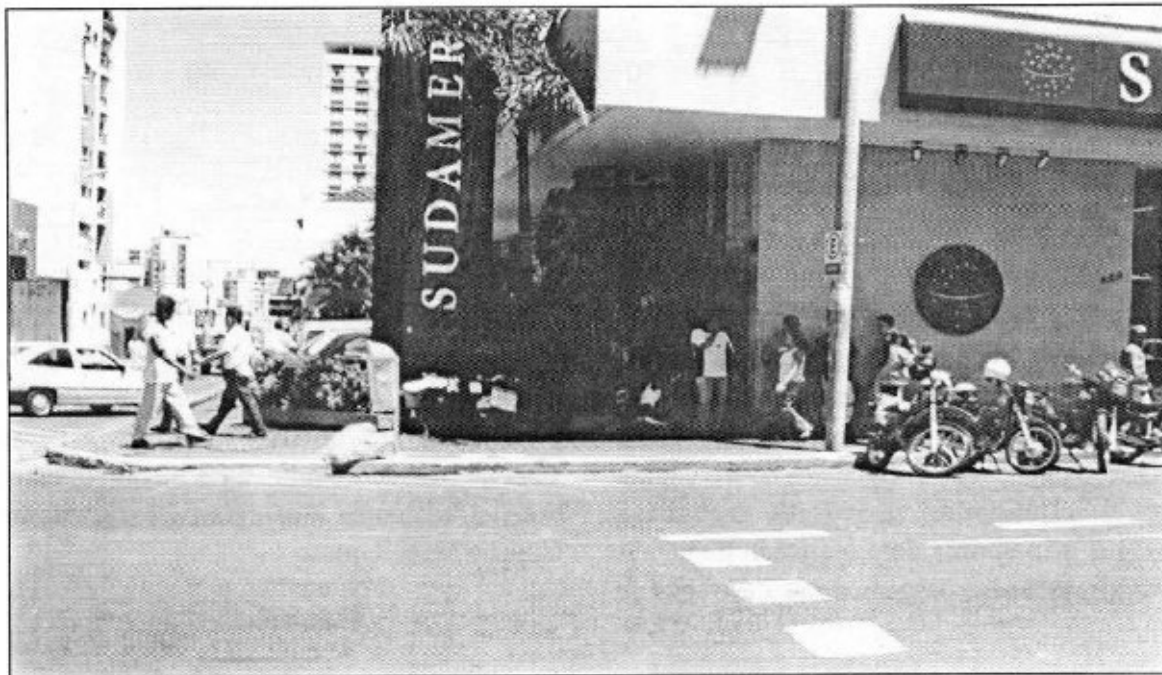


Foto 01: Ambulante vendendo suas mercadorias em um ponto estratégico da cidade. As mercadorias estão expostas na calçada, (enfrente da faixa Sudameris) da esquina da Av. Afonso Pena com a Rua Tenente Virmondes, Uberlândia/MG, 1999. Autora: Resende, L. de.

Em pontos de reduzidos fluxos de pessoas, os ambulantes ganham apenas para sobreviver; não conseguem acumular dinheiro para se tornarem “operários das ruas”. Sendo assim, vivem com dificuldades financeiras e em condição de pobreza, não conseguem pagar sequer o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) autônomo para garantir minimamente uma aposentadoria na velhice.

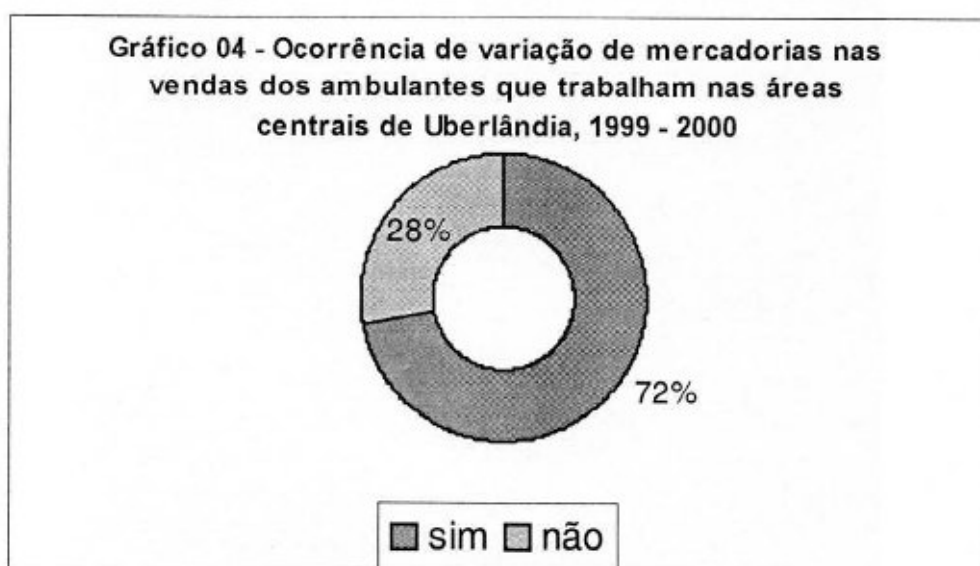
Outro fator importante a ser lembrado é que a maioria dos entrevistados trabalha de 6 a 7 dias por semana. Desse modo, somente consegue remuneração para sobreviver através de uma intensa auto-exploração da sua própria força de trabalho. Com longas jornadas de trabalho, muitos declaram-se exaustos no final de cada dia. Porém, segundo os ambulantes, as maiores dificuldades estão relacionadas ao



preconceito. Nos espaços públicos da cidade são tratados como se fossem bandidos, malandros, mesmo trabalhando longas jornadas e, na maioria das vezes, são mal remunerados.

Um outro aspecto importante da pesquisa

é o reconhecimento de que para sobreviver como ambulante não basta apenas trabalhar muito, é preciso possuir mercadorias variadas, como mostra o gráfico número 04.



Fonte: Trabalho de campo, 1999-2000.

A maioria dos entrevistados, 72%, diversifica o tipo de mercadoria para vender, e somente 28% trabalham com um único tipo de mercadoria. A variação do tipo de mercadoria é uma das estratégias praticadas pela maioria dos entrevistados. Eles entendem que a diversificação é uma forma de atrair o consumidor e ampliar as chances de realizar as suas vendas. Com isso, no final do dia, as chances de terem vendido algum produto aumentam consideravelmente.

Uma das estratégias comerciais a ser observada é que os ambulantes trabalham com mercadorias que facilmente chamam a atenção do consumidor. Além de cores e sons diversificados, os ambulantes vão associando as mercadorias ao seu *marketing* pessoal. O jeito

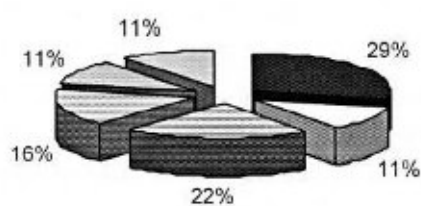
de falar, vestir e expor a mercadoria nas calçadas seduz o “cliente transeunte”, que acaba parando, olhando e, no final, quase sempre leva alguma coisa. Mesmo que o transeunte não tivesse inicialmente a intenção de comprar as mercadorias expostas na calçada, a forma de exposição atrai, como pode ser observado na foto número 02.

Os atrativos são geralmente os preços acessíveis para a população de baixa renda, já que esta é a maioria da “clientela” dos ambulantes. Nas ruas, os trabalhadores ambulantes vendem de tudo e com isto tendem a suprir as necessidades dos eventuais consumidores, como pode ser observado no gráfico número 05.



Foto - 02: Mercadorias expostas na calçada do Clube Português, na Av. Afonso Pena, Uberlândia/MG, 1999. Autora: Rezende, L. dc.

Gráfico 05 - Variedades de mercadorias vendidas pelos ambulantes que trabalham nas áreas centrais de Uberlândia, 1999-2000



- brinquedos, roupas, chapéus, relógios, bijuterias
- Cds, fitas
- ▨ utilidades domésticas e escolares
- ▩ artesanatos, plantas e raízes
- ▧ jogos: telebingão e poupa ganha
- ▦ alimentos

Fonte: Trabalho de campo, 1999-2000.

Dentre as mercadorias com maior saída estão brinquedos, roupas, chapéus, relógios, bijuterias, com 29%. Outro item bastante procurado são as utilidades domésticas e objetos escolares, com 22%. O artesanato, as plantas e raízes representam 16%. Fitas, Cds, jogos, geralmente “piratas”, representam 22%. Os alimentos representam 11%.

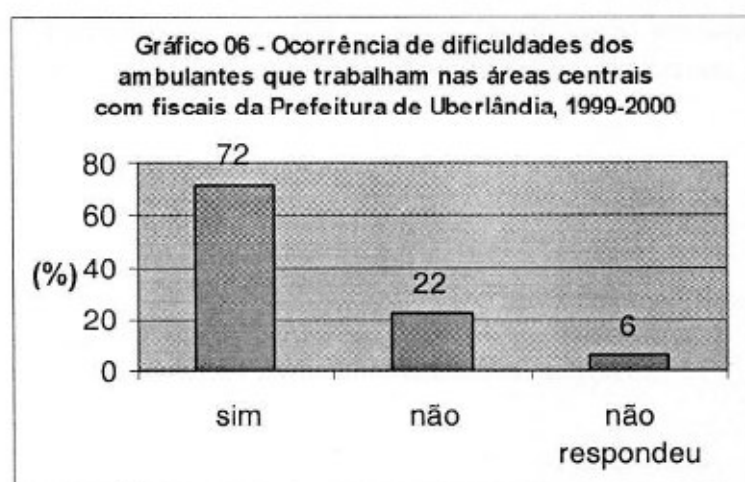
No geral, percebe-se que são mercadorias bastante procuradas, possibilitando rotatividade e retorno financeiro imediato, uma vez que os vendedores não detêm reservas de dinheiro para grandes investimentos ou mesmo para esperar pelos clientes. Nota-se, ainda, que a maioria dos entrevistados começa seu negócio já endividada, isto é, compram de seus fornecedores a prazo e, com a venda da mercadoria, pagam-nos, voltando a comprar novas mercadorias a partir do mesmo esquema de crediário.

Como muitos ambulantes têm sua origem no desemprego, eles começam o seu negócio com o dinheiro do seguro desemprego, FGTS (Fundo de Garantia Tempo de Serviço) ou alguma economia que tinham guardado.

Quando se vêem desempregados e não conseguem arrumar um novo emprego, é preciso

buscar imediatamente alguma atividade que traga renda. Portanto, o mercado informal se constitui em uma saída para muitos desempregados. Dessa forma, o trabalho informal atenua as tensões sociais. Mas, até quando? É o que nos perguntamos, uma vez que, cedo ou tarde, esse mercado também estará saturado, visto que ele é uma alternativa importante para o crescente número de desempregados, geralmente mão-de-obra desqualificada. Como tendência, ele deverá ficar saturado, se a nossa sociedade continuar gerando desempregados na velocidade com que as tecnologias substituem os trabalhadores de certos setores da economia. Portanto, não se resolve o problema da informalidade da cidade tratando o ambulante como um fora da lei.

Através do gráfico número 06, podemos constatar que, do total de entrevistados, 72% enfrentam dificuldades com os fiscais da Prefeitura, enquanto 22% afirmaram não ter esse problema, pois são cadastrados e legalizados junto ao órgão municipal de fiscalização. Mas, como existem 6% que não responderam, percebem-se situações de ilegalidade e o medo de perseguição.



Fonte: Trabalho de campo, 1999-2000.

As palavras que melhor traduzem as condições diárias do ambulante são “medo” e “insegurança”, devido à perseguição dos fiscais da Prefeitura que, além de reprimir, não permitindo o exercício de sua atividade, apreendem suas mercadorias.

A fiscalização, aliada à repressão e à eventual extorsão do comércio de rua, acaba trazendo sérios prejuízos para os vendedores ambulantes.

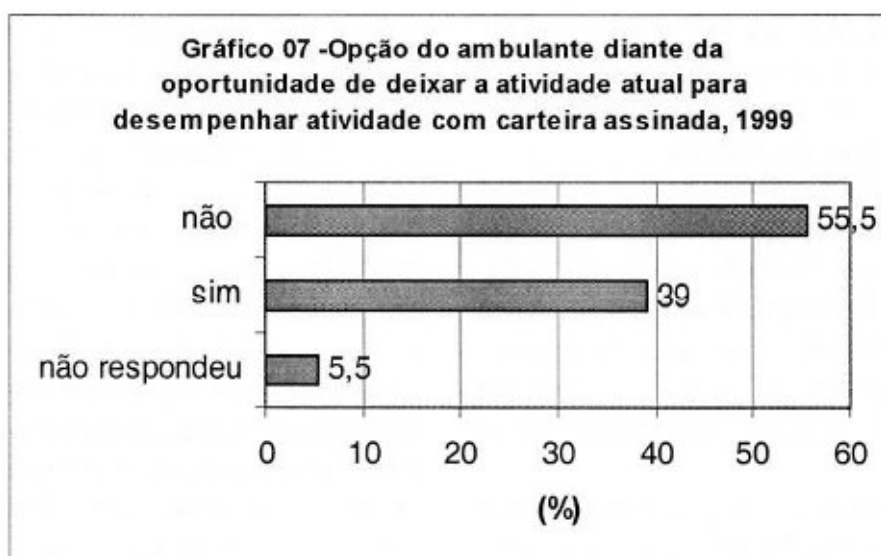
Desse modo, ser ambulante significa, além de sofrer perseguições, correr sérios riscos de ter apreendidas suas mercadorias. Nesse caso, precisam pagar multa para retirá-las. Portanto, a lei existe, visto que as mercadorias apenas podem ser retiradas mediante pagamento de multa. Mas, como lei, ela além de punir tem a função de inibir o comércio ambulante na cidade. Muitas vezes, o valor cobrado da multa ultrapassa o da própria mercadoria.

Verifica-se que o poder público municipal exige a regulamentação dos ambulantes através de seu cadastramento na Prefeitura. Porém, cria-se todo tipo de impedimento. A liberação da licença para que os ambulantes exerçam sua atividade legalmente geralmente é demorada e provoca desistências, pois existem várias exigências a que o ambulante não consegue atender em tempo hábil. Nesse sentido, durante as entrevistas, em trabalho de

campo, vários ambulantes disseram que a Prefeitura defende os lojistas e estes a pressionam constantemente para eliminar o comércio dos espaços públicos, principalmente das áreas centrais.

A falta de medidas por parte do poder público municipal de Uberlândia para criar e elaborar um planejamento que respeite o ambulante revela um conflito de classes sociais. Constatamos, também, que o tratamento dado ao ambulante é de vigilância e punição. A fiscalização existe apenas como forma de repressão, que em muitos casos se efetiva de forma violenta.

Mesmo diante de tantas dificuldades, podemos notar, através do gráfico número 07, que 55,5% dos entrevistados disseram que não deixariam a sua atual atividade para trabalhar com carteira assinada. Vários são os motivos; dentre eles, principalmente a idade e a falta de qualificação profissional. Nestas condições, os próprios ambulantes se vêem impedidos de conseguir um emprego com carteira assinada; essa população vai, aos poucos, obtendo seus rendimentos na rua. Por outro lado, existem certas vantagens que os acomodam, pois os entrevistados declararam que se for para ganhar a mesma coisa, e às vezes até menos, preferem ficar do jeito que estão.



Fonte: Trabalho de campo, 1999-2000.

Nessa atividade existem aqueles que sempre trabalharam como ambulantes, desde criança, e não tiveram nenhuma formação profissionalizante. Portanto, não sabem fazer outra coisa. Também existem aqueles que não querem mais saber de patrão, sujeitando-se a normas rígidas de uma empresa, pois conforme um dos entrevistados, “carteira assinada é só ilusão, porque os direitos trabalhistas não são respeitados”.<sup>4</sup>

Esta afirmação contempla uma verdade. Todos nós sabemos que os trabalhadores que estão inseridos no mercado formal, com carteira assinada, estão constantemente ameaçados pelo desemprego; por isso, tendem a perder o poder de reivindicar melhores salários e são lesados em seus direitos dentro das empresas, tornam-se coagidos pela sua condição, submetendo-se a salários, em grande parte, de fome.

Em geral, para diminuir os encargos trabalhistas para o empregador, este assina a carteira do funcionário apenas com um salário

mínimo, e o restante é pago por fora. A consequência dessa atitude se reflete, sobretudo, na aposentadoria do trabalhador, pois o INSS recolhido sobre um salário mínimo significa que esse trabalhador irá receber, após longos anos de trabalho, apenas o equivalente ao mínimo pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social.

Para vários trabalhadores ambulantes das áreas centrais de Uberlândia ter a carteira assinada é um desejo que simboliza segurança e garantia na obtenção de renda. Conforme gráfico número 07, 39% dos entrevistados disseram aceitar voltar a trabalhar com carteira assinada. Muitos alegaram a vontade de ter um salário fixo, maior estabilidade, terem assegurados seus direitos trabalhistas. Nesta perspectiva, existe nesses trabalhadores uma vontade de voltar ao mercado formal, pois valorizam algumas conquistas trabalhistas que nem sempre são respeitadas. Quanto aos 5,5% dos entrevistados que não indicaram a sua

<sup>4</sup> Entrevista, trabalho de campo, 1999.

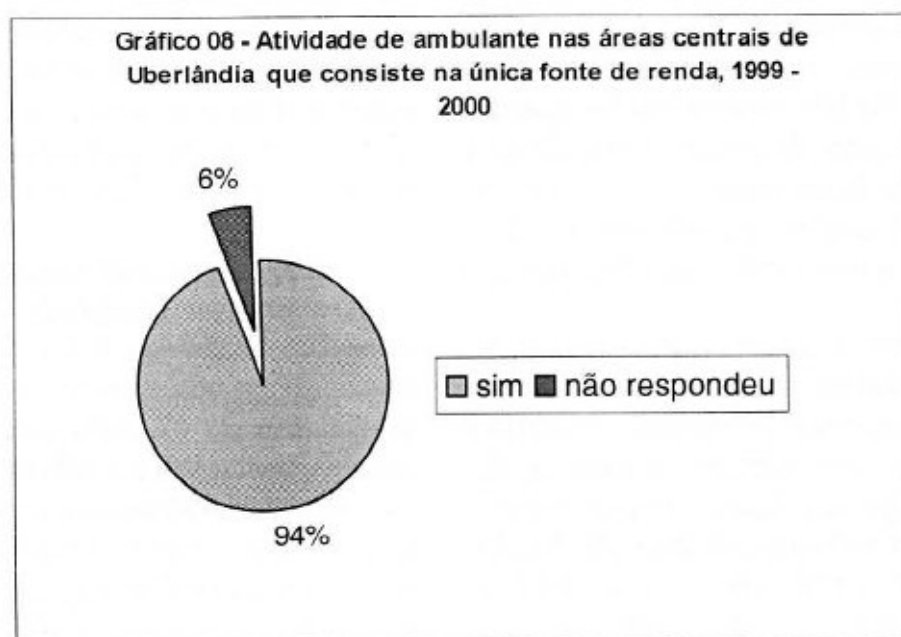
condição, eles podem estar se reproduzindo nos dois setores da economia, pois durante a pesquisa observamos que alguns ambulantes mantêm vínculos empregatícios.

Neste ponto, verifica-se que a maioria dos entrevistados sabe que tem poucas chances de melhorar suas condições atuais de vida. Entendem que, com carteira assinada, estariam exercendo alguma profissão que não exigisse mão-de-obra qualificada, como por exemplo serviços gerais, e assim receberiam baixa remuneração.

Dessa maneira, é possível entender por que um dos entrevistados disse que não deixaria seu atual trabalho de vendedor ambulante, pois *“estipulo meu ganho mensal de acordo com as minhas vendas; assim, meu salário é*

*determinado pelo meu esforço e provavelmente ganharia a mesma coisa ou até menos, com carteira assinada”*<sup>5</sup>.

Nota-se ainda que a atividade de ambulante é a única fonte de renda para 94% dos entrevistados. Esse percentual pode ser analisado no gráfico número 08; entretanto, 6% não responderam. Por isso podemos afirmar que a ocupação e/ou profissão de vendedor ambulante não é transitória e/ou passageira, como muitos políticos preferem discursar e fazer acreditar. Além de não ser verdadeiro o papel da economia informal como fonte secundária e complementar de renda, ela é uma saída socialmente necessária, inclusive aos governantes, que não sabem o que fazer com os desempregados de nossa sociedade.



Fonte direta 1999-2000.

<sup>5</sup> Entrevista, trabalho de campo, 1999.

Apesar de o ambulante estabelecer, nos espaços públicos da cidade, suas constantes estratégias e conflitos com o poder público municipal e com os lojistas, temos metamorfoses nos usos deste espaço e disputas entre ambulantes. Cada um tem seu ponto demarcado, principalmente nas calçadas das ruas do centro. Também organizam e representam o seu local de trabalho como território<sup>6</sup> de sobrevivência.

Estrategicamente, procuram garantir bons negócios estabelecendo limites para o uso das ruas. Fazem das datas comemorativas momentos especiais para ampliar as suas vendas, além de oferecerem produtos que estejam em evidência na mídia.

Em suma, o mercado nos espaços públicos da cidade, para o ambulante, representa territórios nos quais ele reproduz não só sua força de trabalho, mas também o capital alheio. Porém, esse processo ocorre transformando lugares, estabelecendo usos e restrições socialmente determinadas, pelas leis do município.

A Prefeitura, através da fiscalização, procura destruir as territorialidades dos ambulantes. Sendo o espaço público o local onde se fundem territórios que se expressam nas estratégias de criar consumidores, os ambulantes, às vistas da lei, ameaçam o comércio que funciona na legalidade. O centro da cidade é o território onde as disputas acontecem. Dessa forma, existem embates entre a propriedade dos lojistas e outras apropriações que os ambulantes fazem dos lugares públicos de Uberlândia, ainda sem solução.

#### 4. A INCLUSÃO DOS TRABALHADORES INFORMAIS NA CIDADE

No Brasil, a “exclusão” social está ligada e articulada com vários fatores de ordem sócio-econômica, política, cultural, espacial, sexual e racial que por sua vez, estão relacionados à formação histórica do povo brasileiro e às relações sociais de caráter discriminatório estabelecidas dentro de nossa sociedade.

Conforme NASCIMENTO, 1994, no Brasil a exclusão social está no bojo de sua história. Primeiro, com a discriminação dos colonizadores europeus com relação aos índios e, posteriormente, em relação aos negros traficados da África como mercadorias, que iriam se realizar nas lavouras de exportação como mão-de-obra escrava. Em ambos os casos, eram considerados totalmente sem direitos, e assim “nascia o Brasil” das diferentes culturas.

Mesmo com a abolição da escravatura e proclamação da República, a exclusão social continuou para as classes sociais de baixa renda. Os negros, fazendo parte do mundo do trabalho livre, continuaram sendo discriminados social e culturalmente até os nossos dias.

A elite dominante do país simplesmente desconsidera o subalterno como cidadão, o que se traduz nas relações estabelecidas com os pobres, negros, crianças, mulheres, nordestinos, dentre outros. Os direitos são concedidos como favores e as reivindicações são consideradas desordens. Tal situação é histórico-ideológica e impede a construção de um modelo econômico que possa amenizar as disparidades sociais

---

<sup>6</sup> Território: Conforme SANTOS, M. 1996:16, “o território, hoje, pode ser formado por lugares contíguos, de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam um espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas.” (SANTOS, M. et al. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.16.)

através não só da integração cultural mas também da distribuição de renda.

Diante dessa problemática, podemos analisar por que a economia informal é um segmento econômico que surge de dentro do modelo excludente de desenvolvimento brasileiro. Considerando-se o avanço tecnológico, decorrente do modelo econômico, ele age modificando as condições sociais da produção, impondo às pessoas que estão inseridas nesse processo determinações que implicam o aperfeiçoamento da mão-de-obra. Entretanto, aqueles que não conseguem aperfeiçoar-se vão ter que sobreviver de uma atividade econômica que crie renda, sem gerar emprego formal.

Com a globalização, o modelo econômico brasileiro de inspiração neo-liberalista privilegia o capitalismo financeiro. Os investidores nacionais e internacionais procuram aplicar capitais nos mercados que lhes ofereçam maiores vantagens, do mesmo modo que retiram esses capitais de negócios menos lucrativos.

Na perspectiva da globalização, não é somente o capital financeiro que procura as melhores opções de remuneração, mas também as empresas.

Conforme AGUIAR:

*“(...) as empresas tornam-se um simples negócio financeiro onde o que importa é exclusivamente o lucro, ou seja, uma maior produtividade, com menos mão-de-obra, o que gera dois extremos do ponto de vista social: a concentração de capital e a exclusão social. Ressalte-se que aqueles que*

*mantêm seus empregos passam a trabalhar mais e com salários menores.”<sup>7</sup>*

Constata-se atualmente que os postos de trabalhos desativados não serão mais ativados, porque a crise do desemprego é estrutural e não conjuntural. Isto é, quanto mais se desenvolvem as tecnologias, mais aumenta a produtividade e o lucro, e conseqüentemente diminuem os postos de trabalho.

A automação e a informatização, no caso específico de um país como o nosso, além de provocar desemprego, geram uma enorme dependência tecnológica, assim como a diminuição da oferta de emprego. Conseqüentemente, os trabalhadores ficam vulneráveis às investidas dos patrões, que pressionam os governantes para acabarem com os direitos trabalhistas adquiridos ao longo da história. Objetivamente, essa pressão força os salários para baixo. Nesse momento, as perdas dos direitos do trabalhador estão acontecendo através da terceirização e da flexibilização das leis trabalhistas.

Desse modo, o processo de produção, a partir de altíssima tecnologia, gera concentração de renda, desemprego, arrocho salarial e não só aumenta as desigualdades sociais mas também enfraquece os sindicatos, deixando-os imobilizados para reagir diante da política neoliberal.

No Brasil, a economia informal cresce no bojo das políticas neo-liberais, mediadas pelo avanço tecnológico, que trouxeram como conseqüência a ampliação da concentração de renda. Nesse processo, o desemprego ameaça uma enorme massa de trabalhadores. Por outro lado, os excluídos do mercado formal tentam sobreviver desenvolvendo suas atividades

---

<sup>7</sup> AGUIAR, C. 1997:10



econômicas informais gerando renda, sonegação fiscal, emprego e esperança.

Na atual conjuntura, podemos dizer que o mercado informal é a possibilidade de inclusão dos excluídos do mercado formal. Ele absorve essa massa de trabalhadores, sem restrições curriculares. Com o auxílio do gráfico número 09, podemos demonstrar que a maioria dos

entrevistados, 38 %, tem uma renda mensal de 1 a 2 salários mínimos. Seguidos por 22,5%, que são aqueles que recebem de 3 a 5 salários, enquanto que apenas 11% recebem entre 2 a 3 salários mínimos. Porém, há uma parcela de 16,5% que recebe uma renda acima de 5 salários, além de uma parcela de 11% que não respondeu.



Fonte: Trabalho de campo, 1999-2000.

Diante desses dados, podemos constatar que os trabalhadores ambulantes recebem uma remuneração que no final do mês, garante a sobrevivência do trabalhador e de seus dependentes. Porém, não é possível acumular dinheiro para se tornarem capitalistas. Entretanto, existem aqueles que ganham mais do que quando estavam trabalhando com carteira assinada. Este é o caso dos ambulantes que recebem acima de 5 salários mínimos mensais, ou seja, 16,5% dos entrevistados

Outro fator a ser observado é que, embora estejam trabalhando como ambulantes, existe uma diferença significativa de salário entre eles. No entanto, possuem em comum a

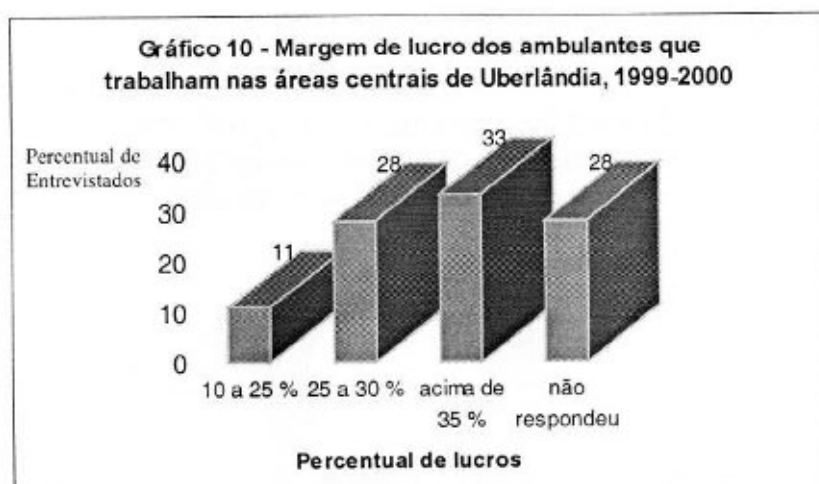
oscilação desses rendimentos mensais, que atinge a todos, sem restrições, isto é, podem ganhar mais ou menos, dependendo das vendas do mês.

A pesquisa demonstrou que nenhum deles mudou sua situação sócio-econômica, ou seja, continuam pobres, passando por dificuldades para conseguirem sobreviver. Assim, eles vivem do comércio das ruas, garantindo pelo menos, o básico, como a alimentação, habitação e o vestuário. Eles parecem ter conquistado o mínimo que qualquer ser humano precisa para viver com dignidade.

Diante dos indicadores do gráfico número 10, devemos destacar que a margem de

lucro dos ambulantes é heterogênea. Dos 33% dos entrevistados ouvimos declarações em que eles admitem manter uma margem de ganhos acima de 35% sobre o valor das mercadorias comercializadas. Para 28% dos entrevistados os ganhos sofrem uma variação entre 25 e 30%

sobre os valores das mercadorias, já para 11% dos ambulantes os ganhos atingem um percentual entre 10 a 25%. Existe ainda um percentual de 28% de ambulantes que preferiram não responder a respeito dos ganhos obtidos em suas atividades informais.



Fonte: Trabalho de campo, 1999-2000.

Percebe-se que a margem de ganho varia de acordo com a mercadoria. Algumas mercadorias podem ser vendidas com uma porcentagem maior, e outras com menos lucro. Assim, é possível equilibrar os ganhos no conjunto de produtos vendidos, desde que o ambulante diversifique esses produtos.

De qualquer forma, através da informalidade é possível aos ambulantes obterem ganhos que lhes permitam a sua reprodução social na cidade, pois não pagam impostos e nem emitem notas fiscais. Nos casos em que o ambulante prefere trabalhar com mercadorias cuja lucratividade por unidade comercializada é de centavos de reais, tipo canetas, fitas cassete, isqueiros, entre outras, eles

justificam as suas preferências através do potencial de vendas que elas representam.

*“... quando vendo essas miudezas... caneta, fita, isqueiro..., estou de olho na rotatividade do meu produto... aí o ganho individual é pequeno, mas eu vendo mais e uma coisa compensa a outra...”<sup>8</sup>*

Na comercialização de certas mercadorias a obtenção e manutenção de uma margem razoável de ganhos, está relacionada ao volume de vendas. Assim, os ambulantes costumam optar por trabalharem com mercadorias cuja fluidez possa lhes permitir a

<sup>8</sup> Entrevista realizada em março de 2000, conforme trabalho de campo.

qualquer momento dispor de liquidez para fazer os seus negócios.

*“... a gente precisa de ter o dinheiro na mão, não dá pra ficar só com os produtos... precisa de troco, precisa de fazer os negócios, aproveitar os preços...”<sup>9</sup>*

Podemos perceber que o comércio ambulante acontece permitindo o exercício básico do capital no seu processo de (re)produção. Isto é, independente de ser economia informal, a racionalidade do ambulante é determinada pelo capital, ou seja, ele comercializa as suas mercadorias buscando realizar lucros que lhe permita sobreviver e continuar comprando novas mercadorias. O capital que entra na economia informal, vira mercadoria que, nas mãos dos ambulantes que trabalham nas áreas centrais de Uberlândia, é

comercializada em uma relação em que a reprodução da força de trabalho acontece sem o pagamento de salários. Nesta relação a reprodução do capital e da força de trabalho se realiza através do comércio de rua e, portanto, pelas possibilidades de troca que os espaços públicos oferecem às mercadorias. O ciclo do processo reprodutivo do capital na economia informal se completa criando renda e emprego para uma grande parcela de desempregados.

## 5. AS PARTICULARIDADES DO MERCADO INFORMAL EM UBERLÂNDIA

O gráfico número 11 nos permite observar que 83% dos entrevistados pretendem continuar morando em Uberlândia, porque aqui já estruturaram suas vidas e constituíram família. Consideram a cidade um bom lugar para morar e vender suas mercadorias.



Fonte: Trabalho de campo, 1999-2000.

<sup>9</sup> Entrevista realizada em agosto de 1999, conforme trabalho de campo.

Entretanto, 17% dos entrevistados disseram que não pretendem permanecer em Uberlândia. Esses vendedores ambulantes pertencem ao grupo dos “ambulantes migrantes”, que viaja para comercializar suas mercadorias em vários lugares. Como deixaram sua família em sua terra natal, não criaram vínculos por onde passaram. Este fato pode ser constatado conforme o depoimento do entrevistado da foto número - 03.

*“...passei sete meses sem ir em casa e quando voltei, meu filho que deixei com um ano e três meses, tinha dois anos, e não me reconheceu; mas eu mandava dinheiro pra minha família todo tempo que estive longe de casa”...*

*“Migro sempre em busca de um lugar que ofereça melhores condições pra mim vender mais”<sup>10</sup>*

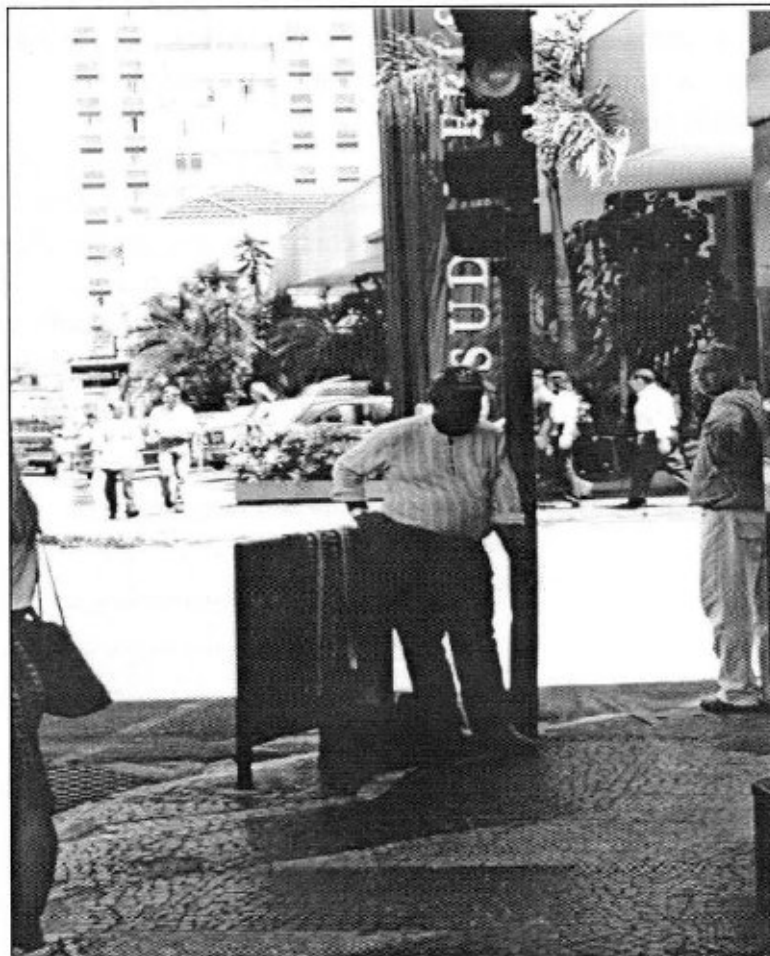


Foto-03: Ambulante comercializando suas mercadorias na esquina da Av. Afonso Pena com Tenente Virmondés. A placa de propaganda em frente ao banco Sudameris serve como mostruário para as mercadorias. Uberlândia, 1999. Autora: Rezende, L. de.

<sup>10</sup> Entrevista realizada em agosto de 1999, conforme trabalho de campo.

Também, podemos salientar que estes ambulantes estão à procura de melhores condições de vida, e se ainda não se estabeleceram em algum lugar, trazendo sua família para junto deles, é porque pretendem voltar. Assim, continuar trabalhando como ambulantes migrantes significa que eles não encontraram nenhum lugar que lhes proporcionasse mudanças em sua condição sócio-econômica. Indica que as suas identidades culturais continuam ligadas aos seus lugares de origem.

Frente ao exposto podemos afirmar que, com a queda de emprego na economia formal de Uberlândia, os trabalhadores desempregados se dirigem em massa para o mercado informal.

Conforme SINGER:

*“quando começa a crise econômica e milhões perdem o emprego, a experiência mostra que é muito difícil organizar os desempregados. Em seu primeiro impacto, o desemprego é sentido por suas vítimas como um problema pessoal. Elas, sobretudo quando não passaram antes por uma crise econômica realmente grave e prolongada, esperam com algum esforço encontrar em curto prazo um novo emprego. E só à medida que o tempo passa e esta esperança não se materializa é que se convencem de que sua condição de desempregados é permanente, ou seja, pode durar muito tempo. Aí sua atitude muda, a procura frenética por trabalho cessa,*

*o desempregado passa a procurar bicos para ganhar alguma coisa e se ajusta à situação.”<sup>11</sup>*

Na condição de desempregados, os trabalhadores precisam arrumar uma nova fonte de renda imediatamente. Assim, primeiro procuram um novo emprego; não conseguindo, eles começam a exercer atividades informais, que de início parecem apenas esporádicas, uma fase entre o antigo e o novo emprego mas, com o decorrer do tempo, torna-se seu único trabalho e fonte de renda.

Por outro lado, um fator importante a ser salientado é que o setor informal inclui não só ex-assalariados mas também trabalhadores que nunca tiveram vínculos empregatícios.

Em suma, o mercado informal é decorrente do processo de exclusão proporcionado pelo processo de reprodução do capital. Porém, como já salientamos, o mercado informal pode ser considerado fator de inclusão social, na cidade de Uberlândia. É um setor que não oferece resistência a inserção de nenhum trabalhador que precisa sobreviver dignamente.

Sem dúvida, o mercado informal oferece emprego para os desempregados e também para aposentados que precisam complementar renda. Muitos jovens, adultos, chefes de família, mulheres e velhos têm assegurado trabalho sem preconceito e discriminação de cor, sexo, idade, grau de instrução. Portanto, a sobrevivência desses trabalhadores em Uberlândia, bem como a de seus dependentes são obtidas na informalidade.

---

<sup>11</sup> SINGER, Paul. 1985:13.

## 6. AS CONTRADIÇÕES DA INFORMALIDADE EM UBERLÂNDIA

Em relação à organização dos trabalhadores, o setor informal causa prejuízos para os movimentos sindicais, que perdem seu poder de juntar os trabalhadores nas reivindicações. Ele também lesa o poder público pelo não pagamento de impostos e não permite uma avaliação precisa do Estado em relação à realidade desse setor, por causa da falta de dados estatísticos oficiais. Pelo menos é este o argumento que o Estado usa para justificar a sua omissão no que tange a políticas e planos sócio-econômicos direcionados à economia informal. Porém, o mais importante é que a economia informal contribui para amenizar a crise social brasileira, principalmente em momentos de recessão econômica.

Finalmente, as populações excluídas, ditas marginais, são a expressão de um estrato social desprestigiado e desamparado, no que tange ao Estado de Direito, de poder sócio-econômico e político, que lhes é retirado pela sociedade. Essas populações têm suas raízes no desenvolvimento excludente do modelo sócio-econômico adotado pelo país.

Diante do exposto, entendemos que a luta diária dos ambulantes é repleta de desafios, conflitos, perseguições e incertezas, decorrentes da dependência da economia brasileira em relação ao capital financeiro e do Estado de Direito que tende a proteger os setores formais da economia.

Não há dados oficiais que registrem o número de ambulantes na cidade de Uberlândia. Mas basta uma simples caminhada nas ruas da cidade, principalmente nas grandes avenidas, nas praças e no centro, e será observada uma quantidade considerável de vendedores ambulantes espalhados pelas calçadas, além daqueles que ficam se locomovendo, sem ponto fixo.

Para entender a atração de Uberlândia, em relação aos migrantes e em especial aos ambulantes, temos também que analisar as iniciativas das classes sociais influentes na divulgação da cidade. Nos últimos anos do século passado a administração municipal desenvolveu o *marketing* "Portal do Cerrado". Fazia propaganda de que havia boa qualidade de vida, o que tornava Uberlândia uma opção sedutora para os migrantes. Em busca de melhores condições de vida, essa população de migrantes, em grande parte, quando chega, geralmente como mão-de-obra desqualificada, depara-se com uma realidade diferente das "propagandas ufanistas".

A cidade não possui postos de trabalho suficientes para incluir todos os migrantes. A falta de trabalho constitui-se num problema social, e essa deficiência repercute na moradia precária, no aumento das favelas e dos bairros periféricos; a única alternativa de trabalho existente passa a ser a inserção no mercado informal. Assim, não demora muito e esse cidadão que migra para Uberlândia, sem qualificação, torna-se um "desempregado crônico".

O mercado informal de trabalho ou subemprego recebe o nome de informal por não seguir as mesmas regras do mercado formal. Porém, o trabalho informal não é apenas uma atividade passageira ou um "bico" que se faz no final do ano, visto que persiste no decorrer do ano todo; torna-se profissão.

O trabalhador informal não possui carteira assinada; isto implica a falta de benefícios dos direitos trabalhistas, que são garantidos a um trabalhador formal. Por outro lado, compram e vendem suas mercadorias sem nota fiscal e, por isso, não oferecem garantia de seus produtos. Assim, tudo é feito na base da confiança. Quando uma mercadoria estraga ou não funciona direito e o consumidor reclama,

tudo fica na dependência da consciência e da condição do vendedor ambulante, para trocar o produto. O consumidor do mercado informal não tem como ser protegido pelo Código do Consumidor.

Por não pagarem impostos e não oferecerem garantias das mercadorias, os vendedores ambulantes vendem seus produtos por um preço mais "baixo". É exatamente por isso que os lojistas reclamam. Como suas empresas são legalizadas, os lojistas entendem que os ambulantes representam uma concorrência desleal.

É bom lembrar que, em vários casos, existe uma relação muito intensa entre o mercado formal e o informal, uma vez que o ambulante tem o seu fornecedor na condição de empresário que fabrica brinquedos, roupas, sapatos, cintos, bolsas, perfumes. Porém, isto não quer dizer que o empresário fornecedor de mercadorias esteja operando em apenas um setor da economia. Apesar de não termos aprofundado nossos estudos em relação às sinergias existentes entre os dois setores da economia, sabe-se que elas existem e precisam de uma investigação mais aprofundada. No caso do ambulante que trabalha em Uberlândia, ele vende inclusive mercadorias compradas junto a setores da economia formal, os chamados fundos de estoque. Existem, entretanto, alguns casos em que o próprio vendedor é quem, pelo menos parcialmente produz sua mercadoria, como os pipoqueiros, salgadeiros, raizeiros, sanduicheiros, entre outros.

Com relação aos estereótipos, os trabalhadores ambulantes são rotulados de malandros, oportunistas e marginalizados, por estarem fora do processo econômico oficial, sendo também taxados como falsários. Embora façam parte do cotidiano das cidades, nem sempre têm direito à cidade, pois são trabalhadores que possuem baixa ou nenhuma

instrução. Algumas dessas pessoas, que vieram das zonas rurais, nunca vão conseguir na cidade um emprego estável. Do ponto de vista da legislação trabalhista, são trabalhadores ilegais. O espaço que ocupam é definido, pelas autoridades que fiscalizam o comércio ambulante como territórios inimigos. Assim, esses trabalhadores, segundo essas autoridades, devem ser combatidos e, se possível, eliminados dos espaços públicos da cidade.

Nesse sentido, aumenta a tensão e os conflitos entre os ambulantes e os vários segmentos da sociedade como lojistas, fiscais da prefeitura municipal, polícia e políticos. O poder público municipal intervém apreendendo as mercadorias dos ambulantes e determinando que estes precisam registrar-se.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A CIDADE, A LEI E OS AMBULANTES**

O espaço de cada esquina e cada lugar da calçada é disputado, principalmente nas áreas centrais, onde diariamente existe um intenso fluxo de pessoas, e é aí que o comércio de rua encontra condições para reproduzir-se e servir de opção de sobrevivência aos trabalhadores da economia informal.

No entanto, a Prefeitura da cidade de Uberlândia, no período da pesquisa de campo (1999-2000), tomava algumas medidas para inibir o comércio de rua. Naquele período, todos os dias, dois fiscais, acompanhados por um policial, saíam pelas ruas da cidade com o objetivo de apreender e dar advertência àqueles ambulantes que estavam trabalhando sem autorização da Prefeitura.

O trabalho procurou demonstrar que o poder público municipal vinha tentando estabelecer limites para o comércio de rua. As formas de exercer esse controle envolviam cadastramento, fiscalização e até mesmo a

criação de um Camelódromo Municipal, como sendo um local reservado e privilegiado para aqueles que deixariam de ser ambulantes e se tornariam camelôs.

Porém, foram adotados vários critérios de seleção pela Prefeitura Municipal que dificultavam o cadastramento do ambulante, visto que foram estabelecidas medidas seletivas reservando os pontos legalizados para deficientes físicos, idosos, o que tornaria mais acirrada a disputa pelos espaços públicos. Poder usar um lugar nas ruas para o ambulante comercializar as suas mercadorias é uma questão de sobrevivência.

Como o desemprego aumenta a cada dia, os planos e metas do poder público municipal de criar um planejamento, através de medidas políticas e punitivas, para resolver o problema dos ambulantes, ou pelo menos tentar, ficaram comprometidos. Sem dúvida, a existência dos trabalhadores informais nas ruas da cidade promove conflitos com fiscais de Prefeitura e o problema continua sem solução, pois como relatamos, o problema do desemprego não será resolvido com a apreensão de mercadorias ou com medidas punitivas para os trabalhadores da economia informal.

Apesar do transtorno que representa a fiscalização, ela por si só não impede o trabalho do vendedor ambulante. Em relação às leis e sua aplicação, há várias simulações e poucos resultados. Verificamos que, muitas vezes, o dono da mercadoria apreendida não tem dinheiro para retirá-la da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos ou, em alguns casos, o valor da multa é superior ao preço do produto, mas mesmo assim ele retorna às ruas com outras mercadorias.

Como as medidas repressivas do poder público não coíbem o comércio de rua, os espaços públicos da cidade, especialmente o centro urbano, tornam-se palcos de constantes estratégias do ambulante.

As estratégias do ambulante nas avenidas, praças e centro da cidade de Uberlândia se traduzem na luta pelo uso do espaço público onde existe o maior fluxo de pessoas. Os territórios estabelecidos nas áreas de intensa circulação de populares compensam o ambulante, na medida em que as mercadorias comercializadas devem ir ao encontro da realidade, ou seja atender as necessidades dos consumidores transeuntes.

Também observamos que é nos espaços públicos que nascem, entre os ambulantes, os conflitos, as disputas pelos pontos, principalmente os de maior fluxo de pessoas. Todavia, é uma luta que já nasce sem normas legais ou corporativas. Os ambulantes não estão organizados em associações ou sindicatos, nem dispõem de qualquer forma jurídica que possa ampará-los. Por outro lado, nas ruas, enfrentam resistências cuja força política e econômica advém da legalidade da economia formal. Geralmente os lojistas personificam tais forças, pois são organizados, possuem associações e são protegidos pela Lei, além do poder público municipal, que está sempre disposto a defender a ordem e a legalidade dos seus direitos. Segundo os ambulantes, para que os lojistas sejam atendidos, basta apenas que liguem para a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e os fiscais imediatamente serão enviados para repreender o ambulante. Portanto, "*o espaço do ambulante produz-se reproduzindo conflitos*".<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> CARLOS, 1992 :33.



Desse modo, os estabelecimentos comerciais que funcionam dentro da legalidade, tentam impedir a formação de territórios, mesmo que estes sejam com temporalidades e espacialidades bem definidas pelos ambulantes, ou seja, apropriação das calçadas ou das praças de certas ruas centrais nos horários de almoço. Nos limites da legalidade, os sujeitos que personificam a economia formal exigem que o poder público intervenha, acionando mecanismos de repreensão, acusando os ambulantes de ilegais, de praticarem concorrência desleal, como se as forças sociais entre eles fossem iguais. Antes de assumirmos qualquer posição, devemos observar as condições e situações diferenciadas entre os dois setores da economia. Os estabelecimentos comerciais, amparados pela Lei, possuem forças organizadas, enquanto os ambulantes não possuem organizações que possam estabelecer disputas pelo espaço na esfera do direito constitucional. Diante desse fato, os ambulantes são estigmatizados e associados à falta de governo e à desordem.

Analisando alguns aspectos do cotidiano da cidade, procuramos demonstrar que a luta por espaço entre economia formal e informal ocorre em vários lugares, os quais se (re) produzem e se (re) constroem de maneira desigual e contraditória. Portanto, o processo que analisamos pode ser definido como ações de vários sujeitos que disputam o direito de viver na cidade. De modo contínuo o trabalhador ambulante enfrenta as desigualdades espaciais, visando como resultado à sua reprodução física e social, a qual se encontra implicada nas várias possibilidades de usos e apropriações, construídas ou mediadas, dos espaços públicos da cidade.

Mesmo sabendo que a economia informal movimentava milhões de reais em todo o país, não há nenhuma preocupação relevante,

por parte dos planejadores urbanos, partidos políticos e mesmo da classe de trabalhadores absorvidos pelo mercado formal, em assumir o mercado informal como um fato concreto, e não simplesmente como um fenômeno passageiro.

Portanto, entendemos que a importância do mercado informal não pode ser relegada a segundo plano, como tem ocorrido. Esse mercado tem sua relevância, principalmente como gerador de renda e trabalho para os desempregados, via de regra da economia formal.

O espaço do ambulante e da economia informal nem sempre é uma ameaça à territorialidade dos lojistas e de setores da economia formal. Nessa disputa pela cidade, entendemos que ambos vão criando novas territorialidades, para continuar existindo na cidade. Desse modo, a abordagem dos trabalhadores informais não pode ser feita simplesmente rotulando-os como marginais de uma economia submersa, invisível, subterrânea e de menor valor. Entendemos que a condição dos trabalhadores ambulantes é de luta pelo direito de viver do trabalho nos espaços públicos da cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, C. Os efeitos sociais da globalização. *Revista CREA-RJ*, Rio de Janeiro, p. 08-12, set./out. 1997.
- AZEVEDO, B. R. Z. Propostas teóricas para o estudo das ocupações ditas informais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.1, n. 2, p. 51-74, jul./1981.
- CACCIAMALI, M. C. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. São Paulo: USP/FEA. p. 01-18. (mimeo.)

CARLOS, A. F. A. A cidade. São Paulo: Contexto, 1992. p. 95.

CARVALHO, V. L. de. O setor informal, o Estado e os movimentos sociais. Cadernos do CEAS, Salvador, n.124, p. 22-41, nov./dez. 1989.

CIVITA, Victor (ed.) Almanaque Abril 2000 - Brasil. São Paulo: Abril, 2000. 433 p. p. 137.

COÊLHO, T. Economia informal: crescem os pequenos. Cadernos do Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, n. 151, p. 26-30, jun. 1992.

FUSER, B. Desemprego e subemprego: o mercado informal de trabalho. Caderno do CEAS, Salvador, n. 107, p. 102-117, jan./fev. 1987.

HEILBRONER, R. L. O surgimento da sociedade de mercado. In: A formação da sociedade econômica. Trad. Álvaro Cabral. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 70-101.

IBRE. Instituto Brasileiro de Economia. A força da economia submersa. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v. 43, n.6, p. 9- 12, jun. 1989.

LAZARTE, R. Desemprego e subemprego no Brasil: alguns problemas de conceituação e mensuração. Cadernos do CEAS, Salvador, n.107, p. 63-66, jan./fev. 1987.

\_\_\_\_\_. Os migrantes nos mercados de trabalho metropolitanos: linhas de abordagem do problema na América Latina. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 113, p. 53-59, jan./fev. 1998.

PINHO, D. B. Economia informal, tecnologia apropriada e associativismo. São Paulo: FEA/USP/IPE, 1986. (Série Relatórios de Pesquisa, 33).

RIBEIRO, A. C. T. e ELIAS, R. A luta pelo lugar: os camelôs no centro do Rio de Janeiro. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 103, p. 64-73, abr./maio 1986.

SANDRONI, P. Novo Dicionário de Economia. 8 ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1994. p. 40, 60, 215, 218 e 353.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al (org.) Território, globalização e fragmentação. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 15-28.

\_\_\_\_\_. Espaço e sociedade. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 152p.

\_\_\_\_\_. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. 345p.

SANTOS, N. de O. Desemprego: uma discussão em vista de caminhos alternativos. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 87, p.26-39, set./out. 1983.

SINGER, P. A estratégia da sociedade civil no combate ao desemprego. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 11, p. 10-16, jan. 1985.